



Volume 7, número 1, jan./abr., 2018
ISSN: 2317-0352

Estado e políticas públicas: desafios contemporâneos no exercício profissional de assistentes sociais

State and public policies: contemporary challenges in the professional exercise of social assistants

Resumo

Na tentativa de responder as necessidades de controle da força de trabalho, o Estado assume o enfrentamento das expressões da questão social legitimando a expansão e reprodução do capitalismo, com isso intensifica as contradições e precarização das condições de vida da classe trabalhadora. E assim, o desemprego estrutural acaba atingindo toda a esfera global e intensifica as expressões da questão social. Portanto, compreender as políticas sociais, em meio ao recorte conjuntural no cenário político e econômico do capital na lógica neoliberal, nos faz atentar para o seu caráter contraditório que elas assumem perante realidade mundial e como essa lógica reverbera no Serviço Social e na atuação de seus profissionais. O trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de significativa importância na conjuntura atual, que surgiu a partir das experiências durante a graduação, com um breve estudo sobre o Estado, a regulação das políticas públicas e os rebatimentos do exercício dos assistentes sociais.

Palavras-chave: Estado. Políticas Públicas. Serviço Social. Contemporaneidade.

Abstract

In an attempt to respond to the needs of labor force control, the state assumes the confrontation of the expressions of the social question, legitimizing the expansion and reproduction of capitalism, thereby intensifying the contradictions and precariousness of the living conditions of the working class. And so, structural unemployment ends up reaching the whole global sphere and intensifies the expressions of the social question. Therefore, understanding social policies, amidst the conjunctural cut in the political and economic scenario of capital in the neoliberal logic, makes us pay attention to their contradictory character before world reality and how this logic reverberates in Social Service and in the performance of its professionals. This work is a bibliographical research, of significant importance in the current conjuncture, which

André Monteiro Moraes

Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Aluno pesquisador PIBIC/CNPq.

E-mail:

andre.monteiro063@gmail.com.

emerged from the experiences during graduation, with a brief study on the State, the regulation of public policies and the refutation of the exercise of social workers.

Keywords: State. Public policy. Social service. Contemporaneity.

1 Introdução

O Estado assume o enfrentamento das expressões da questão social, por meio da criação das Políticas Sociais¹, sem data precisa para a sua origem, mas com relações de seu surgimento a partir dos movimentos de massa na Europa Ocidental no século XIX, porém, sua generalização ocorre após a Segunda Guerra Mundial (PIANA, 2009 apud BERING & BOSCHETTI, 2006). Elas podem ser vistas como conquistas da classe trabalhadora de acesso aos direitos civis e sociais, uma maneira de doação da elite dominante ou como uma forma de responder à necessidade de controle da força de trabalho (PIANA, 2009 apud FALEIROS, 1991).

No entanto, levando em consideração que as políticas sociais, embora sinalizadas com diferentes significações acabem por não atender diretamente ao combate às contradições inerentes ao capitalismo, logo o Serviço Social vincula-se às demandas construídas nesse processo de contradições, produzidas no conjunto das relações sociais, ocasionadas pela ordem do sistema vigente.

Ceolin (2014, p. 242) expõe que:

A produção e reprodução das relações sociais capitalistas não se restringem à relação capital e trabalho nas condições objetivas de produção e reprodução da vida material, mas englobam um complexo mais amplo, envolvendo a totalidade da vida social e de suas formas de consciência social e expressões culturais.

Sendo assim, a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida, pois se referem ao relacionamento entre duas ou mais pessoas num determinado grupo social, destarte a base da estrutura de qualquer sociedade, logo as suas determinações são manifestadas no cotidiano desses indivíduos. Contudo, a prática do Serviço Social passa a ser desvelada e legitimada (nesses grupos sociais que não detêm de meios de produção para sobrevivência, mas da sua força de trabalho), através do desenvolvimento da sociedade capitalista que visa responder, sorrateiramente, as expressões da questão social.

O período marcado como a prática do monopólio (séc. XIX) demarca a dinâmica da sociedade burguesa potencializando as contradições econômicas do próprio sistema capitalista gerando

¹ As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (PIANA, 2006 apud FALEIROS, 1991).

antagonismos. Com o processo da urbanização as relações de mercado passam a ser a única forma de atender às necessidades sociais e o desenvolvimento das relações sociais capitalistas é transformado em meras relações de consumo e de mercado.

A venda da força de trabalho faz com que o capital submeta “o trabalho às condições de precarização e de não atendimento das necessidades humanas [...]” (IAMAMOTO, 2007). Nesse momento, as classes dominantes e o Estado precisam de respostas às demandas impostas, nesse processo de contradições e antagonismos, fazendo com que a questão social ganhe visibilidade, isso faz com que as políticas sociais sejam enfrentadas de maneira mais direta e individualista, além de contribuir com a “subordinação dos trabalhadores ao sistema” (PIANA, 2009 apud PASTORINI, 2007).

A partir daí as políticas sociais, como estratégia socialdemocrata de o Estado enfrentar e intervir nas sequelas deixadas pelas várias expressões da “questão social” são, cada vez mais, focalizadas nos segmentos mais pauperizados, introduzem critérios de elegibilidade, atuam na seletividade, reforçam o individualismo e o caráter meritocrático (GUERRA, 2010).

Dessa forma, o interesse pelo tema surge na proporção de sua relevância. Parte pela formação crítica ao sistema capitalista e à defesa dos direitos da classe trabalhadora, da vivência dentro e fora da sala de aula, além da experiência riquíssima no estágio supervisionado e da bibliografia profissional. Um somatório de interesses que levaram à construção dessa pesquisa bibliográfica com um breve estudo sobre o Estado, a regulação das políticas públicas e os rebatimentos do exercício dos profissionais do Serviço Social.

2 As expressões da questão social em tempos de crise e perda de direitos

As responsabilidades sociais da sociedade pré-capitalista estavam voltadas para a manutenção da ordem da população. As leis de controle populacional eram primitivas e punitivas, e o “código coercitivo do trabalho” fazia com que o trabalhador se submetesse a qualquer tipo de atividade para garantir sua sobrevivência.

As políticas sociais são respostas às expressões da questão social que tem em sua gênese o processo de exploração do homem sobre o homem na obtenção da mais-valia. É no pós-segunda guerra mundial que as políticas sociais são instituídas para reativar a economia e romper com a lógica do liberalismo, além de conter as manifestações populares insatisfeitas com sua forma de vida e com o sistema que as rege.

As características que assolam o desenvolvimento do Brasil tem sido uma de suas particularidades históricas. Em seu processo produtivo lento, a modernização conservadora articula

um progresso incorporando relações arcaicas de escravidão por dívida, clandestinidade nas relações de trabalho e regressão de direitos trabalhistas.

A partir desse processo débil de modernização capitalista que as desigualdades sociais agravaram-se e diversificaram-se, expressas nas lutas operárias, nas reivindicações dos diversos movimentos pela saúde, educação, habitação, etc. A questão social é tida como fenômeno ocasionado pelos impactos da industrialização (século XVIII): o pauperismo. No Brasil, esse fenômeno só será visto como uma questão política no século XX, mostrando a polarização entre ricos e pobres (NETTO, 1996).

A visibilidade das transformações societárias ocorre de maneira progressiva e o capital se vê na necessidade de buscar alternativas para permanecer sustento durante suas crises (que perpassa principalmente da década de 1970 até os dias atuais), metamorfoseando as relações de trabalho com a sua subproletarização, nas mais variadas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, doméstico e informal, além de sua desespecialização ou desqualificação com a criação da multifuncionalidade, na contemporaneidade (ANTUNES, 1998).

Com isso, o desemprego estrutural acaba atingindo toda a esfera global e intensifica as expressões da questão social. Para a lógica do capital, a única forma de sair dessa conjuntura é com medidas de ajustes estruturais, na intervenção dessas novas demandas, alterando parâmetros no sistema de proteção social. O neoliberalismo é expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital [...] (SOARES, 2003) que naturaliza a sua ordem e as desigualdades sociais.

Como solução parcial da crise capitalista, o neoliberalismo visa à reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades (MONTAÑO, 2004). As medidas de redução de gastos, como enfrentamento da crise, e o dismantelamento da seguridade social são expressas na privatização, descentralização, focalização de programas assistenciais emergenciais, residuais e pontuais.

É assim que, no que concerne ao novo trato da “questão social”, a orientação das políticas sociais estatais é alterada de forma significativa. Por outro lado, elas são retiradas paulatinamente da órbita do Estado, sendo privatizadas: transferidas ao mercado e/ao alocadas na sociedade civil. Por sua vez, essas políticas sociais estatais são focalizadas, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de carências pontuais, com necessidades básicas insatisfeitas. Finalmente, elas são também descentralizadas administrativamente; o que implica apenas numa desconcentração financeira e executiva, mantendo uma centralização normativa e política. Em idêntico sentido, os serviços sociais, a assistência estatal, as subvenções de produtos e serviços de uso popular, os “complementos salariais” etc., se veem fortemente reduzidos em quantidade, qualidade e variabilidade. O que significa que os “serviços estatais para pobres” são “pobres serviços estatais” (MONTAÑO, 2004).

Sendo assim, a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas acabam legitimando a desresponsabilização do Estado na intervenção às sequelas da questão social e suas políticas sociais são alteradas de forma significativa. No entanto, as décadas [de governos] neoliberais marcam, como estratégias de manutenção da ordem, as respostas do Estado dadas às necessidades das classes subalternas.

O significado de Serviço Social situa-se como um dos elementos participantes da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre eles (IAMAMOTO & CARVALHO, p. 71, 2008). Contudo, segundo Mota e Amaral (2000) a profissão necessita buscar novas condições de operar a atividade profissional através das transformações societárias, pois o discurso do “compromisso com o trabalhador” acaba intensificando as modernas práticas empresariais de crescimento do trabalho informal, do aumento do número de desemprego e da complementação de renda com os programas de requalificação dos trabalhadores numa união entre Estado, mercado e terceiro setor.

Tais práticas incidem no pragmatismo e no que Iamamoto (1997) chama, na prática profissional, de “psicologização” da questão social, na criminalização da pobreza, visibilidade dos direitos sociais como privilégios, destituindo-os. Um dos maiores desafios está na ofensiva dos partidos políticos tentarem conciliar o inconciliável (capital e direitos sociais), refutando numa prática profissional que não responda a totalidade da direção estratégica da profissão sendo, assim, necessário saber distinguir as características da prática política às necessidades imediatas das classes subalternas, nessa onda conservadora.

3 As formas de enfrentamento na política social

Compreender as políticas sociais, em meio ao recorte conjuntural no cenário político e econômico do capital na lógica neoliberal, nos faz atentar para o caráter contraditório que elas assumem perante realidade mundial. Se por um lado às vemos como conquistas da classe trabalhadora, por outro identificamos que suas necessidades e demandas legitimam os interesses da classe dominante, que procuram responder os conflitos sociais minimamente.

Neste contexto, as políticas sociais passam a atuar como forma de contenção social e cooptação da sociedade em torno da proposta e dos interesses capitalistas, na busca do reconhecimento e aceitação da retórica de que o crescimento econômico levaria automaticamente ao desenvolvimento social. As políticas sociais não assumem caráter redistributivo, mas sim, um caráter compensatório das desigualdades econômicas e sociais, originadas de um modo de produção extremamente desigual e competitivo, motor propulsor e perpetuador da desigualdade social (GASPAROTTO, GROSSI & VIEIRIA, 2014).

A defesa desse ideário tende a responsabilização dos sujeitos pela (des) proteção social, a criminalização da classe trabalhadora como justificativa pelo desemprego, pobreza, inacessibilidade às políticas públicas, além de mercantilizar os direitos sociais. O contexto neoliberal faz com que as políticas sociais fiquem em segundo plano cabendo suas ações serem resumidamente paliativas, focalizadas, assistencialistas e sem responsabilização do Estado.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise [...] prevalecendo o [...] referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. Sendo esta última estabelecida não como compartilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para antes da federação ou para instituições privadas [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 156).

Logo, podemos perceber a submissão dos direitos sociais à represália do Estado reforçando o ideal do capital, destituindo direitos, fragmentando políticas e reproduzindo a lógica mercantilista das relações sociais. A consequência do projeto neoliberalista perpassa décadas ampliando as desigualdades econômicas e sociais, radicalizando as expressões da questão social e o não acesso, da classe trabalhadora, às políticas sociais e aos seus respectivos direitos.

A garantia das políticas sociais passa, nesta perspectiva, pela luta de um projeto que defenda o avanço da democracia, da participação popular, e do controle social, além da universalização de direitos (IAMAMOTO, 2008). Essa luta pela defesa das políticas sociais enquanto instrumento de acesso aos direitos deve perpassar todos os espaços sociais, implicando no compromisso dos assistentes sociais e demais segmentos pelo acesso e viabilização desses direitos. Ao desenvolver a análise da profissão do Serviço Social no mundo atual, coadjuvamos com Iamamoto (2007) quando cita a necessidade de "romper com a visão focalista [...] olhar para o movimento de classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade".

Com isso, percebe-se que as medidas de combate à pobreza no Brasil reforçam a lógica do capital a partir de políticas sociais compensatórias de transferência de renda. Nos últimos anos a questão social no país sofreu alteração, do ponto de vista da péssima distribuição de renda e riqueza, pois para o consenso social-liberal o pauperismo se dá a falhas no mercado e o fim da questão social seria uma questão apenas de tempo.

A ideia de superação da pobreza, ascensão a uma nova classe média, o fim do “subdesenvolvimento” e o pleno emprego tem tomado uma proporção gigantesca por parte de empresários, governantes, mídia e pesquisadores. Através da crise do neoliberalismo e das ameaças da classe trabalhadora, buscam adotar a essa ideologia política uma face humana ao desenvolvimento e a “globalização” procurando minimizar as tensões sociais e políticas (CASTELO, 2016).

O Estado é convocado a atuar nas expressões da questão social mais “explosivas” como a pobreza, a degradação do meio ambiente, as doenças contagiosas, a violência e etc. Os (des) ajustes mudam aspectos do neoliberalismo para preservar sua essência, por trás há retomada de lucros, financeirização da economia, precarização do trabalho, reconfiguração da intervenção estatal e apassivamento dos trabalhadores (CASTELO, 2016).

No atual contexto de crise capitalista a programática neoliberal supõe a manutenção de um mínimo acionar do Estado na área social. As medidas acionadas fomentam, cada vez mais, a participação da sociedade civil no combate à pobreza através de medidas caritativas, com doações; a filantropia é devolvida à intervenção social por meio do terceiro setor, principalmente; na filantropia empresarial a “responsabilidade social” baseia-se na lógica do voluntariado; além da retirada de direitos da classe trabalhadora, com rendas obtidas a partir do arrocho salarial, das reformas previdenciárias e da “flexibilização” das leis trabalhistas.

4 Os principais desafios colocados para o Serviço Social

As condições de trabalho dos assistentes sociais são profundamente atingidas pelas determinações da precarização do trabalho e sua autonomia profissional limitada quanto ao seu direcionamento ético-político, seja pelo crescente domínio de uma tecnologia propiciada pelas condições de desenvolvimento da sociabilidade burguesa e pela generalizada burocratização da vida social, seja pela redução e cortes orçamentários no atendimento às demandas apresentadas na relação com os sujeitos do exercício profissional. As manifestações de precarização do trabalho, convertidas em objeto de intervenção profissional e em condições de trabalho dos assistentes sociais, como trabalhadores assalariados, são expressões da condição de precariedade do trabalho, no tempo histórico de crise estrutural do capital (NETTO, 1996).

O exercício profissional dos assistentes sociais está sendo diretamente atingido pela precarização das condições e relações de trabalho. Os assistentes sociais estão exercendo suas atribuições e competências profissionais submetidos a contratos temporários, terceirizados, subcontratados, de modo que sua autonomia e estratégias profissionais têm sido comprometidas pelas condições objetivas

de sua inserção no mercado de trabalho². Para Ceolin (2014) apud Iamamoto (2007) trata-se da materialidade das atuais condições históricas de inserção dos assistentes sociais na condição de trabalhador assalariado, bem como dessa determinação histórica na agudização das expressões da questão social.

As demandas apresentadas ao Serviço Social, em tempo de hegemonia do capital financeiro e do padrão flexível, são manifestações fenomênicas das contradições e antagonismos da sociedade burguesa, repostas em outro patamar. As novas expressões da questão social interferem não só na condição de trabalhador do assistente social, como redesenha seu próprio objeto de intervenção profissional (idem).

No enfrentamento da recomposição do valor, o novo padrão de acumulação cria novos padrões de regulação. Trata-se de um contexto de regressão de direitos e de desmonte do sistema público de proteção social, desafiando os assistentes sociais em seus princípios e diretrizes construídos na dinâmica da trajetória de ruptura com o conservadorismo na profissão, bem como de consolidação de um projeto ético-político profissional comprometido com a universalidade de direitos e com a emancipação do sujeito social.

Para Ceolin (2014) o principal desafio é a apreensão dos determinantes inerentes ao trabalho alienado, implícito no trabalho assalariado, e suas implicações no exercício profissional em sua relação com as múltiplas expressões da questão social, bem como dos diversos segmentos da classe trabalhadora, sujeitos e usuários das ações e serviços na sua dinâmica do exercício profissional, reveladora das contradições e desafios que expresse o significado da prática profissional do Serviço Social.

Considerações Finais

A crise do capital é estrutural, parte necessária do seu próprio desenvolvimento e não uma “doença” transitória. Seus ciclos oscilatórios promovem períodos de expansão ou auge e prosperidade aumentando o investimento e o consumo, além de criar novas empresas e novos postos de trabalho.

No entanto, enfrentar e superar a crise capitalista não possibilita resolver os problemas advindos das expressões da questão social, pois a desigualdade que o capitalismo gera só reitera a “exploração” de uma classe sobre a outra. As políticas sociais, os direitos sociais, políticos e trabalhistas são capazes de diminuir as desigualdades, mas jamais eliminá-las. Contudo, toda e qualquer luta por melhorias na

² Cf. Raichelis, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300003

qualidade de vida da população, ainda que em curto prazo, é necessária e urgente principalmente para o assistente social que se defronta com segmentos de trabalhadores penalizados com o desmonte de políticas públicas e restrição de direitos sociais.

Na busca de discutir o papel do profissional do Serviço Social, segundo Iamamoto (2008, p. 39) “é preciso também considerar as relações da categoria [...] com o conjunto da classe trabalhadora, no processo de construção de uma nova hegemonia [...]”. Porém, há desafios que necessitam ser superados com a nova onda conservadora que assola multidões, para Barroco (2015) nem as profissões estão imunes a essa invasão, pois a intolerância, o preconceito entre outros, perpassam a formação e o exercício profissional. Para a autora, o irracionalismo penetra nas universidades através do dogmatismo e do pensamento pós-moderno, fazendo com que o empobrecimento crítico naturalize as desigualdades, fazendo com que o Serviço Social, por exemplo, atue de forma policialesca.

O conservadorismo percorre nossa trajetória profissional. A questão é saber em que medida ele está sendo superado no processo de construção do projeto ético-político profissional direcionado à ruptura com o conservadorismo, construção que já dura mais de trinta anos. A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários. A hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro depende do fortalecimento e do alargamento dos avanços e conquistas democráticas da categoria e da base social que orienta a direção política da nossa intervenção: as forças sociais que lutam pela emancipação articuladas aos trabalhadores e às lutas sociais. Trata-se, assim, de enfrentamentos em busca de um acúmulo de forças que caminham no interior da profissão e na sociedade (BARROCO, 2015).

Para minimizar o conflito das relações sociais, nessa conjuntura de novas façanhas e competências, faz-se exigir do assistente social um compromisso ético-político com os valores democráticos, competência teórico-metodológica crítica da vida social, versado num instrumental técnico-operativo que estimule a participação dos sujeitos sociais na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los.

Referencial Bibliográfico

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no serviço social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

CASTELO, Rodrigo. O canto da Sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRION Epitácio et. Al. (Orgs). *Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P. K.; VIEIRA, M. S. O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. *Revista PUC-RS*. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8153/2/evento_006_-_Patricia_Krieger_Grossi.pdf>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.

GUERRA, Yolanda. Direitos Sociais e Sociedade de Classes: o Discurso do Direito a ter direitos. In: FORTI, V. e GUERRA, Y. (Orgs). *Ética e Direitos: ensaios críticos 2*. Edição revisada. São Paulo: Lumén Juris, 2010, p. 31 – 54.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, C, E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. *Revista PUC-SP*. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/18912/14067>>. Acesso em: 03 de outubro de 2017.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Serviço social brasileiro: cenários perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. *Serviço Social nos anos 2000*. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 23-45.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

PIANA, M. C. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOARES, L. T. R. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Recebido em: 20 de fevereiro de 2018

Aceito em: 02 de abril de 2018